

## 5.1.16. Função Organização Agrária

### Análise da Função Governamental

#### Execução Orçamentária na Função Organização Agrária e Subfunções

A Função Organização Agrária contempla os temas reforma agrária, agricultura familiar e comunidades quilombolas, cujo montante de recursos empenhados em 2009 conforme demonstrativos a seguir.

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 2005/2009

em R\$ milhões

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	3.583,24	4.249,06	4.853,56	4.072,87	4.369,88	21.128,61
OI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.583,24</b>	<b>4.249,06</b>	<b>4.853,56</b>	<b>4.072,87</b>	<b>4.369,88</b>	<b>21.128,61</b>

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
631 - Reforma Agrária	2.942,98	100	0,00	0	2.942,98	100
Outras Subfunções	1.426,00	33	0,00	0	1.426,90	33
<b>TOTAL</b>	<b>4.369,88</b>	<b>100</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>4.369,88</b>	<b>100</b>

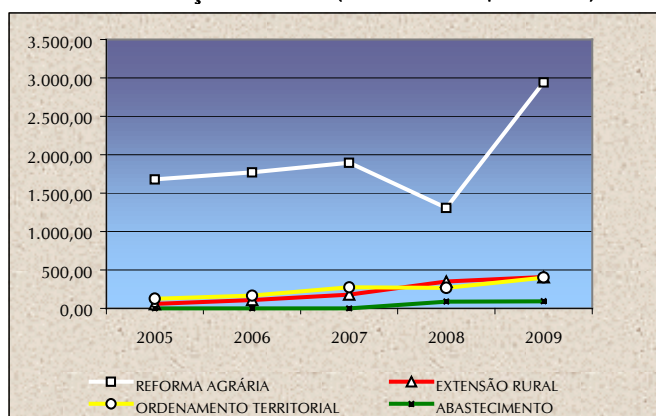
#### VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO				
	2005	2006	2007	2008	2009
Reforma Agrária	1.676,13	1.768,66	1.895,32	1.305,69	2.942,98
Extensão Rural	56,61	109,45	180,02	347,30	406,04
Ordenamento Territorial	124,54	165,48	273,76	265,47	402,18
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	89,24	92,05

Fonte: Siafi

#### VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (VALORES EM R\$ MILHÕES)



A crise mundial de 2008 provocou uma queda na arrecadação federal daquele ano e no 1º semestre de 2009, causando a diminuição da execução orçamentária e financeira no Ministério do Desenvolvimento Agrário, devido ao contingenciamento maior do orçamento do Ministério. Esse fato fica visível na tabela apresentada,

onde se verifica um crescimento da execução no total das quatro subfunções típicas, acima citadas, de R\$ 3.583 milhões em 2005 para R\$ 4.853 milhões em 2007, e, em 2008 uma retração para 4.073 milhões, com uma pequena recuperação em 2009 para R\$ 4.370 milhões. Observa-se que a subfunção Abastecimento aparece somente em 2008

e 2009. Isto ocorre pois essa subfunção tem sua execução no Programa Aquisição de Alimentos, PAA, criada pelo PPA 2008/2011 e recepcionada pela ação orçamentária 2B81 do programa 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF. Em relação às demais subfunções típicas, ocorreu um forte crescimento nominal da execução conforme política do MDA de fortalecer suas subfunções típicas, destacando-se que:

- Extensão Rural – passou de R\$ 56,6 milhões em 2005 para 406,0 milhões em 2009;
- Ordenamento Territorial – passou de R\$ 124,5 milhões em 2005 para 402,2 milhões em 2009;
- Reforma Agrária – passou de R\$ 1.676,1 milhões em 2005 para R\$ 2.943,0 milhões em 2009.

O tema Reforma Agrária possui dois componentes

relevantes a concessão de crédito para instalar assentados da reforma agrária beneficiados com a política de desapropriação de terras; e a concessão de crédito para agricultores familiares sem terras adquirirem terras e fazerem investimento básico para iniciar a produção. Até 2008, os montantes referentes a essas concessões de créditos estavam incluídos na subfunção Outros Encargos Especiais na função Organização Agrária. Em 2009, esses valores foram alocados na subfunção típica Reforma Agrária, sendo esta uma das razões pelo substancial acréscimo nesta última. Em consequência, houve o crescimento relativo em relação ao total da função Organização Agrária, de 2008 para 2009, nessa subfunção, de 32,1% para 67,4%, e a conseqüente diminuição do peso das demais subfunções (ver linha Outras Subfunções na tabela seguinte) de 50,7% para 12,1%.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (EMPENHADO) 2005 A 2009

em R\$ milhões

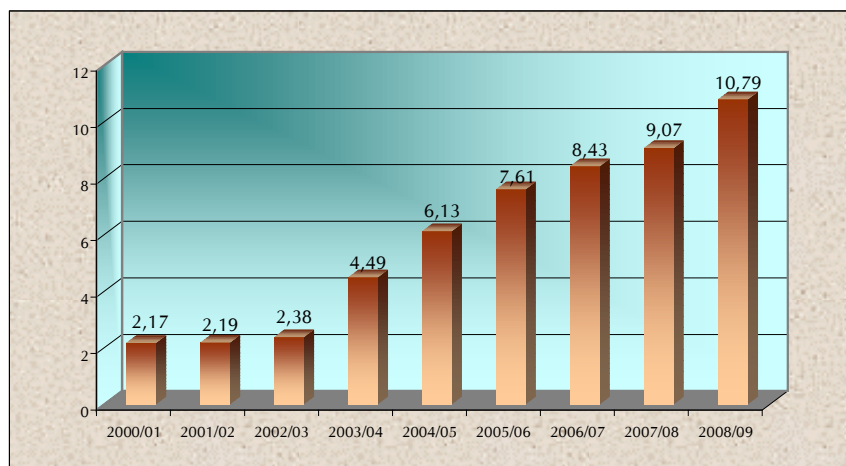
SUBFUNÇÕES	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
SUBFUNÇÕES TÍPICAS										
127 - Ordenamento Territorial	124,54	3,48	165,48	0	273,76	5,64	265,47	6,52	402,18	9,20
605 - Abastecimento	0,00	0	0,00	0	0,00	0	89,24	2,19	92,05	2,11
606 - Extensão Rural	56,61	1,58	109,45	2,58	180,02	3,71	347,30	8,53	406,04	9,29
631 - Reforma Agrária	1.676,13	46,78	1.768,66	41,62	1.895,32	39,05	1.305,69	32,06	2.942,98	67,35
Outras Subfunções	1.725,96	48,17	2.205,46	51,9	2.504,46	51,6	2.065,17	50,71	526,63	12,05
<b>TOTAL</b>	<b>3.583,24</b>	<b>100</b>	<b>4.249,06</b>	<b>100</b>	<b>4.853,56</b>	<b>100</b>	<b>4.072,87</b>	<b>100</b>	<b>4.369,88</b>	<b>100</b>

Fonte: MDA

#### Principais Resultados da Atuação Governamental na Função Organização Agrária

No contexto da Função Organização Agrária, o crédito rural do Pronaf assume importância considerável, ao ampliar o acesso dos agricultores familiares ao sistema oficial de crédito ao longo dos anos. Somada a esta ampliação, já consolidada neste importante segmento do setor econômico brasileiro, têm sido adotadas estratégias com vistas a tornar esta importante política pública convergente com os conceitos de sustentabilidade. Para a safra 2009/2010 foram disponibilizados R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar. É um novo recorde de recursos disponibilizados para o financiamento dos agricultores familiares.

#### EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO AO AMPARO DO PRONAF SAFRAS 2000/2001 A 2008/2009 (VALOR EM R\$ BILHÃO)\* - Valores executados



\*Os dados apresentam pequena variação da mensagem do ano anterior, visto que à época o MDA não possuía as informações completas das aplicações de todos os bancos.

Como segundo eixo para o desenvolvimento sustentável, o Pronaf passa a contar com uma nova abordagem de acesso ao crédito rural. Com a criação do Pronaf Sustentável, por meio do Decreto nº 6.882/2009, o agricultor passará a gerir sua propriedade de forma sistêmica, abordando aspectos vinculados à produção, à conservação ambiental, à administração e comercialização da produção, permitindo maior lucro com perfeita sintonia com as questões ambientais.

Como vertente final do desenvolvimento sustentável do Pronaf em 2009, promoveu-se a consolidação da linha de financiamento “Mais Alimentos”, criada no ano de 2008. Em 2009 os agricultores que produziam açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, continuaram a ter o financiamento de máquinas e equipamentos mais baratos para a produção. Para esta linha de financiamento, passou-se a permitir o financiamento de utilitários para comercialização da produção.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, política pública complementar ao crédito rural do Pronaf, que permite a proteção do agricultor familiar durante a ocorrência de quedas bruscas nos preços de comercialização, teve o número de produtos cobertos ampliado para 35, ao mesmo tempo em que o limite de proteção por agricultor passou de R\$ 3.500,00 para R\$ 5.000,00.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Em 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica, adequadas às especificidades dos diversos biomas.

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas que geram perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O Fundo Garantia Safra garante o pagamento de R\$ 550,00 para cada família que aderiu ao programa e foi prejudicada por fenômenos climáticos. Em 2009, o programa passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o Seguro Garantia-Safra chegue com mais rapidez aos agricultores.

Para safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores

familiares, municipalidades e governos estaduais.

Em 2009, somente o MDA investiu mais de 90 milhões de reais no apoio à comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Juntamente com o MDS, foram investidos mais de 600 milhões de reais no PAA em 2009, consolidando o programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

O ano de 2009 representou uma grande conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei 11.947, a Lei da Alimentação Escolar, que instituiu a compra obrigatória de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar. A implementação desta lei criará um mercado de cerca de um bilhão de reais que poderá beneficiar, já em 2010, mais de 200 mil famílias de agricultores em todo o país.

Atualmente existem 32 empresas com o Selo Combustível Social estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo país. Das 32 empresas, 3 receberam o Selo em 2009.

Também em 2009, o MDA investiu perto de R\$ 7 milhões de reais em projetos de apoio a organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo país. Desse total, quase R\$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania com ações do Biodiesel.

Ao longo do ano de 2009, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoiou 164 Territórios Rurais selecionados, nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas (28,51 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 5.046.045,5 Km<sup>2</sup> (58,49 % da área total do país). Nestes territórios concentram-se 60,86 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Os recursos totais aplicados pelo Programa foram da ordem de R\$ R\$ 382,0 milhões.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária, e beneficiou, em 2009, 5.872 famílias com um investimento total de aproximadamente R\$ 226 milhões, que viabilizaram a realização de investimentos básicos e comunitários e a aquisição de mais de 90 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras. Em 2009, foram implantadas 1.237 bibliotecas, em 461 municípios de 23 estados da Federação, e capacitados 2.154 agentes de leitura, promovendo o acesso de aproximadamente 160 mil famílias aos 252 mil livros distribuídos.

**SÍNTESE DOS DADOS FINANCEIROS DO PROGRAMA  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS EM 2009**

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS FINANCEIROS R\$					
	META 2009 <sup>(1)</sup> (A)	REALIZADO <sup>(2)</sup> (B)	VALORES PAGOS <sup>(3)</sup> (C)	RAP PAGOS <sup>(4)</sup>	% (B/A)	% (C/A)
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	14.727.101	11.531.376	9.938.796	1.097.220	78,3	67,5
102C - Elaboração de PTDRS	1.999.999	1.279.400	1.279.400	556.526	64,0	64,0
2A99 - Apoio à Gestão dos PTDRS	15.000.000	11.144.440	2067450	4.035.877	74,3	13,8
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	335.699.870 (5)	298.940.849 (5)	2.002.200	123.824.609 (5)	89,0	0,6
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	33.606.645	33.296.362	3.457.596	18.775.520	99,1	10,3
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	22.898.876	22.598.876	22.579.130	19.301	98,7	98,6
2272 – Gestão e Administração do Programa	3.092.899	2.670.348	2.610.348	346.396	86,3	84,4

Fonte: Resultados Financeiros: Sigplan/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.

(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado, ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados. / (2) Com base nos valores de empenhos liquidados.. (3) Valores pagos até 31/12/2009 / (4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009. / (5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Esses resultados estão analisados a seguir, em conjunto com os indicadores utilizados para a gestão do Programa. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, foram executados R\$ 4,8 milhões no ano de 2009, sendo que no período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 297 somente em 2009, envolvendo uma área total de 4,6 milhões de hectares somente em 2009. Atualmente existem implantados no país 8.570 projetos de assentamento, numa área de 85,2 milhões de hectares, nos quais residem pouco mais de 928 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no período 2003 a 2009, o Governo assentou 574.532 famílias, volume este que corresponde a 61,9% da totalidade de famílias assentadas no país, desde o início desta política, e do assentamento da primeira família, até hoje. Somente em 2009, foram assentadas 55.421 famílias. Em relação às vistorias realizadas, verifica-se a execução de R\$ 100,4 milhões no período de 2003 a 2009, sendo que somente em 2009, R\$ 14,7 milhões foram executados no âmbito desta ação. Do ponto de vista da execução física, o total de áreas vistoriadas no período de 2003 a 2009, foi de 33,7 milhões de ha, sendo que somente em 2009, cerca de 5,3 milhões de ha foram efetivamente vistoriados.

Em 2009, 65,8 mil famílias tiveram recursos depositados nas contas das associações dos assentamentos para a construção ou recuperação de casas. Destaca-se que no ano o Incra atingiu a expressiva marca de 58.324 residências construídas ou reformadas. Além disso, o Governo realizou outras 59 mil operações de crédito, envolvendo as demais modalidades do Crédito Implantação, totalizando o atendimento a mais de 124,8 mil famílias. Outras 70,4 mil famílias foram beneficiadas mediante complementação de créditos (nas modalidades que sofreram reajuste de valor).

Além do Crédito Instalação, foram realizadas várias ações

com vistas à qualificação da infra-estrutura básica nos novos assentamentos, tais como construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, dentre outras. No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009. Em 2009, foram disponibilizados mais de R\$ 324 milhões para ações de infra-estrutura nos assentamentos.

Com relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas no ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros). De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

Referenciando-se à ação de Demarcação Topográfica, do INCRA, verifica-se a execução de R\$ 41,6 milhões, atendendo diretamente a 28.750 famílias. Destaca-se, ainda, que outras 121.211 famílias já se apresentam com recursos assegurados para a realização de ações de topografia, parte das quais com demarcação já iniciada, e outras cujas ações vão se iniciar em 2010, tendo em vista que a formalização dos processos de contratação só se realizou ao final do ano de 2009.

Foram disponibilizados R\$ 10,6 milhões, em relação à ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização, no INCRA, mais conhecido como “Terra

Sol”, beneficiando diretamente 8.786 famílias com diferentes atividades, sendo que outras 11.823 famílias estão envolvidas em projetos atualmente em execução (ou em vias de se iniciar), estando com recursos garantidos para tal, e com previsão de conclusão das atividades no ano de 2010.

Já quanto à ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, do INCRA, a execução verificada nesta ação foi de R\$ 2,8 milhões, com a concessão de 35.764 títulos, sendo que destes, 96% (34.335) foram de títulos de concessão de uso, e os demais 4% (1.429) foram títulos de domínio.

A ação de Assistência Técnica é fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, a Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATEs, no INCRA, vem sendo priorizada no decorrer dos últimos anos. Em 2003, cerca de 95 mil famílias recebiam este serviço, passando para um total de aproximadamente 270 mil famílias em 2009. Em 2010 deverão receber a ATEs outras 58,5 mil famílias, que tiveram contratos firmados no final do ano de 2009.

O Incra apóia o processo de escolarização e formação, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). No ano de 2009, o montante total de R\$ 16,7 milhões foi executado por parte do Incra por meio deste Programa, tendo sido efetuados ainda, destaques orçamentários para instituições de ensino públicas, bem como para outras instituições governamentais, no valor de R\$ 5,4 milhões, dos quais cerca de 80% (R\$ 4,3 milhões) foram destinados a uma parceria efetuada junto ao CNPq, para a implementação da ação de “Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagogia e Social”. Mediante esta ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, que atendeu diretamente 2.222 alunos.

Através da ação “Educação de Jovens e Adultos”, do INCRA, foram atendidos 21.076 alunos, sendo que estão em sala de aula atualmente, 13.119 alunos. Já em relação à ação de “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”, da Autarquia, foram atendidos 6.487 alunos em 2009.

Importante marco no ano de 2009, foi a criação do Programa Terra Legal, mediante a edição da Lei Nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R\$ 20,7 milhões para esta ação. A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularizando uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

Uma das ações desenvolvidas no âmbito da ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural de ação foi a viabilização da emissão Certificado de Cadastro de

Imóveis Rurais – CCIR via web, desburocratizando o acesso, conferindo agilidade, transparência e segurança jurídica, bem como proporcionando economia para o Incra de cerca de R\$ 5 milhões só em despesas de Correio. No final de 2009, a expressiva quantidade de pouco mais de 629,6 mil CCIRs foram emitidos, com previsão de se alcançar a emissão de mais de 1 milhão de CCIR até 30/01/2010. De outro lado, verificou-se também a atualização cadastral de mais de 786 mil imóveis.

Foram georreferenciados 36.469 imóveis em todo o país. De outro lado verificou-se também a certificação de 5.506 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008. O sistema “Certificaweb”, que vai permitir a certificação digital de imóveis, encontra-se em fase de homologação, já estando disponível em 7 Superintendências Regionais como piloto.

Quanto à ação de georreferenciamento na Região da Amazônia Legal, já foram realizados 3 pregões cuja área estimada a ser georreferenciada é de 3,6 milhões de hectares, com aproximadamente 24,6 mil ocupações e 981 km de perímetros de áreas urbanas consolidadas. Um quarto edital está sendo preparado, com vistas ao georreferenciamento de mais 58,4 mil ocupações, atingindo um total de 8,5 milhões de ha.

Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.

Em relação ao Acervo Fundiário, foram inseridas mais 2.000 geometrias corretas de assentamentos; atualizou-se todos os dados externos (unidades de conservação federal, terras indígenas, unidades de conservação estadual, etc.); contabilizou-se 5.269 assentamentos inseridos na base de dados e foi recuperado quase todo o acervo de glebas arrecadadas do Incra. De outro lado encontra-se em desenvolvimento a inserção de mais 1.000 Projetos de Assentamento e 120.000 imóveis rurais e a massificação de um acesso fácil, de baixo custo e rápido a todos os setores do Incra para consulta e visualização de dados cartográficos e interação com órgãos externos, permitindo compartilhamento da informação geográfica.

As ações acumuladas do Incra na execução da Política Quilombola contabilizam 948 processos de titulação abertos; 101 Editais de Relatórios Técnicos de Identificação e delimitação - RTIDs publicados, totalizando 1.356.901 hectares em benefício de 12.910 famílias; além de 49 Portarias de Reconhecimento publicadas, totalizando 241.728 hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias. De 2003 a 2009 foram expedidos 60 títulos, regularizando 174.469 hectares em benefício de 54 territórios, 82 comunidades e 4.217 famílias quilombolas.

Em 2009, o Incra emitiu 4 Títulos de propriedade coletivos para 2 comunidades quilombolas urbanas, totalizando 5.922 m² em benefício de 32 famílias. Publicou 23 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação - RTIDs, com 804.029 hectares, em benefício de 2.452 famílias; publicou ainda 10 Portarias de Reconhecimento, relativos a 25.801 hectares, que vão beneficiar 552 famílias.

Destaca-se também a emissão 30 decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social, em 15 estados brasileiros, totalizando 350.814 hectares, que vão beneficiar 3.896 famílias quilombolas, ação esta que permitirá a desintrusão efetiva e titulação definitiva destes territórios quilombolas. Em relação ao Manejo de Recursos Naturais do PPA, contemplado na Reforma Agrária, foram aportados R\$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias. Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

#### Indicadores que foram Considerados e Efetivamente Utilizados no Processo de Avaliação dos Resultados de Atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Com relação ao Pronaf, conforme quadro a seguir, observa-se uma redução no número de contratos do Programa, apesar do aumento do valor emprestado. Dentre outros fatores que implicaram a redução da utilização do Pronaf, estão: i) processo de renegociação de dívidas rurais, que ao mesmo tempo em que colocou os agricultores em situação cadastral de normalidade junto aos agentes financeiros, promoveu a redução da capacidade de pagamento dos agricultores e por consequência a diminuição do valor disponibilizado ao financiamento; ii) implementação do sistema de monitoria de inadimplência do Pronaf grupo B (microcrédito rural) com suspensão da elaboração de novos contratos de

crédito para municípios com taxa de inadimplência igual ou superior a 15%; iii) a dinâmica para as operações de investimento é cíclica de longo prazo, por necessitar de maior prazo para pagamento da operação, mantendo congelada a capacidade de pagamento do agricultor limitando a contratação de novas operações; e iv) restrições para utilização do crédito rural na Região Norte.

#### CONTRATOS PRONAF

ANO SAFRA	CONTRATOS FIRMADOS	VALOR
2004/2005	1.635.036	6.131.346.444
2005/2006	1.912.858	7.608.501.193
2006/2007	1.691.919	8.423.918.494
2007/2008	1.648.924	9.073.059.194
2008/2009	1.426.525	10.495.541.982
2009/2010	717.664	4.677.880.495

Fonte: BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 12/2009; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 10/2009; BASA: Até 10/2009; BB: Até 11/2009; BN: Até 11/2009 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações.

Houve ainda uma significativa melhora na aplicação dos recursos e em termos de atendimento ao público beneficiário. Em 2008, foram atendidos pouco mais de 803 mil Agricultores Familiares (AF), já em 2009 este número chegou a mais de um milhão oitocentos e cinquenta mil, portanto, uma expansão aproximada de 134% no número de beneficiários, em decorrência principalmente do aumento de recursos disponibilizados. Em relação aos indicadores de execução da meta para o ano de 2009, verifica-se que os recursos empenhados representam 95,11% do total planejado. Já em relação ao número de agricultores familiares - AF, foi possível atender 7,86% além do total previsto para o ano, ou seja, a meta, que era de 1.741.949 agricultores, foi superada em 136.876, chegando a 1.878.825. Em 2009, 553.225 agricultores familiares, de 714 municípios dos estados do Nordeste e Região Semi-árida de Minas Gerais participaram do Programa Garantia-Safra. Receberam o benefício 383.903 agricultores. Desses, 182.147, distribuídos em 181 municípios, foram beneficiados por aderirem ao Garantia na safra 2007-2008, e 201.756 agricultores, distribuídos em 171 municípios, por aderirem ao Programa na safra 2008-2009, conforme demonstrado a seguir.

#### PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	1	13	19	19	0	12	11
BA	0	20	39	35	22	54	87
CE	160	74	146	161	152	167	161
MA	0	0	0	0	0	2	40
MG	0	52	18	22	8	9	26
PB	78	102	109	129	124	148	151
PE	26	49	44	48	46	57	57
PI	44	28	47	83	74	121	95
RN	0	7	26	35	33	52	69
SE	24	22	17	11	12	13	17
<b>TOTAL</b>	<b>333</b>	<b>367</b>	<b>465</b>	<b>543</b>	<b>471</b>	<b>635</b>	<b>714</b>

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### MUNICÍPIOS PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	1	10	-	-	-	3	-
BA	-	2	1	8	8	31	29
CE	1	25	128	7	124	25	114
MA	-	-	-	-	-	-	1818
MG	-	3	5	12	-	6	16
PB	65	58	104	50	119	48	61
PE	22	9	20	30	37	26	22
PI	38	20	40	51	69	12	9
RN	-	-	13	16	29	23	-
SE	13	9	-	-	6	7	-
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>136</b>	<b>311</b>	<b>174</b>	<b>392</b>	<b>181</b>	<b>269</b>

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	189	6.988	11.051	11.479	-	5.730	3.032
BA	0	7.000	8.907	9.148	6.063	15.176	22.645
CE	108.950	36.106	128.663	160.012	172.931	285.363	260.687
MA	-	-	-	-	-	118	6.036
MG	-	26.577	8.563	7.102	812	4.326	9.783
PB	29.972	37.562	49.755	54.791	59.310	74.345	83.329
PE	27.696	28.879	31.908	46.264	52.899	78.275	78.216
PI	18.761	12.602	23.543	38.206	34.210	63.286	55.848
RN	-	3.155	8.613	12.005	8.461	14.087	16.707
SE	14.724	18.970	16.858	17.577	11.635	17.900	16.942
<b>TOTAL</b>	<b>200.292</b>	<b>177.839</b>	<b>287.861</b>	<b>356.584</b>	<b>346.321</b>	<b>558.606</b>	<b>553.225</b>

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

### AGRICULTORES PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009*
AL	209	4.425	-	-	-	1.899	-
BA	-	285	582	2.565	2.199	9.913	9.161
CE	573	13.274	120.908	11.338	159.734	68.451	184.548
MA	-	-	-	-	-	-	3.434
MG	-	1.489	2.920	4.669	-	3.593	6.562
PB	27.147	23.264	47.318	23.947	57.456	24.447	29.303
PE	27.155	9.338	14.764	33.450	47.315	41.485	35.828
PI	17.632	9.476	28.801	25.652	31.838	9.407	4.652
RN	-	-	4.046	4.460	7.786	6.927	-
SE	12.360	14.259	-	-	9.672	16.025	-
<b>TOTAL</b>	<b>85.076</b>	<b>75.810</b>	<b>211.339</b>	<b>106.081</b>	<b>316.000</b>	<b>182.147</b>	<b>273.488</b>

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

\* Em andamento. Início dos pagamentos ocorreu em março de 2009

Conforme caracteriza o próximo quadro, em 2009 as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, financiadas pela SAF/MDA (Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques) realizaram operações no valor de R\$92.053.333,00 (Noventa e dois milhões, cinqüenta e três mil, trezentos e trinta e três reais). Foram atendidas diretamente 26.667 famílias. As ações desempenhadas estimulam a produção da agricultura familiar, combatem a queda de preços decorrente da especulação local e fortalecem os processos de comercialização da agricultura familiar. Produtos como feijão, leite, trigo, castanhas do Brasil e de caju, entre outros, tiveram as oscilações de preços reduzidas pela intervenção do PAA/MDA.

# MODALIDADES DO PAA

ANO	2006	2007	2008	2009	TOTAL
VALOR EMPENHADO	74.531.328	64.926.546	89.239.799	92.053.333	320.751.006
FAMÍLIAS BENEFICIADAS	27.173	21.935	26.539	26.667	102.314
QUANTIDADE ADQUIRIDA (T)	111.823	83.269	59.613	82.765	337.470

Fonte: MDA

## ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICIÊNCIA FINANCEIRA

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ÍNDICE APURADO (%)	
	2008	2009
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	97,7	78,3
102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	99,95	64,0
2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	100,0	74,3
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	72,2	89,0
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	58,2	99,1
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	100,0	98,7
2272 – Gestão e Administração do Programa	99,25	86,3

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) – Com base nos valores do orçamento 2009 disponibilizado e de empenhos liquidados. (Tabela 2)

## ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICÁCIA DOS RESULTADOS FÍSICOS

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ÍNDICE APURADO (%)	
	2008	2009
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	48,0	77,8
102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	9,1	40,0
2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	9,43	62,5
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	120,0	66,5
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	100,0	114,9
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	93,65	100,3
2272 – Gestão e Administração do Programa (1)	-	-

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) A Ação Orçamentária 2272 – Gestão e Administração do Programa não possui indicador nem meta física.

Com relação aos resultados físicos e financeiros alcançados em 2009 e aos índices apurados para os indicadores de eficiência e eficácia adotados pelo Programa, cumpre destacar que a implementação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, da SDT/MDA, adota um processo de participação dos Colegiados territoriais na discussão, priorização e definição dos projetos territoriais a serem apoiados em cada território, envolvendo parte significativa do seu orçamento anual.

No caso dos resultados físicos obtidos para as ações de capacitação de agentes de desenvolvimento, gestão dos PTDRS e apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais, é importante frisar que os valores de Restos a Pagar – RAP, pagos em 2009, ajudaram no alcance dos resultados físicos obtidos, embora ainda abaixo da meta do exercício, em função das questões operacionais fazendo que a celebração de convênios e contratos ficasse concentrada em novembro e dezembro.

Desta forma, parte significativa dos resultados físicos em termos de capacitação de agentes de desenvolvimento, elaboração e gestão de PTDRS, apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais e de fomento a empreendimentos associativos e cooperativos, com recursos orçamentários de 2009, somente serão obtidos

em 2010, com a implementação e execução dos contratos/convênios e respectivos projetos.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, da SRA/MDA, os dados provenientes dos sistemas de informação fornecem subsídios para o monitoramento das Unidades Técnicas Estaduais (UTE's), por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada estado na execução do Programa e da elaboração de indicadores que demonstram o seu desempenho estadual.

### INDICADORES - PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

INDICADORES	2008	2009
Operações	5.285	4.984
Famílias atendidas	9.731	5.872
Área adquirida	151.353	90.608
Valores investidos	294.804.360	226.907.164

Fonte: Sistema de Análise e Contratação – SAC, 15/01/2010

O desempenho do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, no exercício de 2009 foi inferior ao observado no ano anterior, destacando-se uma redução de 40% no número de famílias atendidas. Isso ocorreu principalmente devido à interrupção nas contratações da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural, cujos recursos de “investimentos comunitários” passaram a ser exclusivamente nacionais a partir da assinatura do Decreto



nº 6672/2008, o que resultou na retomada das contratações dessa linha apenas em agosto de 2009, quando o novo manual operativo/normativo foi finalizado.

O desempenho do Programa Arca das Letras também é avaliado por meio do acompanhamento sistemático das ações realizadas, levando em consideração o número de bibliotecas implantadas, livros distribuídos, famílias e municípios beneficiados, bem como a quantidade de agentes de leitura capacitados. Em 2009, o Programa Arca das Letras teve um desempenho semelhante ao do exercício anterior, com destaque para o número de famílias atendidas pelas bibliotecas rurais que apresentou um aumento de 12%.

#### INDICADORES DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

INDICADORES	2008	2009
Municípios atendidos	442	461
Famílias atendidas	143.309	159.897
Bibliotecas implantadas	1.306	1.237
Livros distribuídos	270.223	252.630
Agentes de leitura capacitados	2.552	2.154

Fonte: CGAC/SRA e Sistema Arca das Letras, 12/01/2010

Quanto ao Incra, destaca-se que os indicadores utilizados

no processo de avaliação são as próprias metas estabelecidas para as ações específicas, conforme o PPA.

#### Programas Estruturantes do MDA

Os 07 (sete) programas estruturantes do MDA/INCRA encontram-se no quadro e estão comentados a seguir:

PROGRAMAS ESTRUTURANTES DO MDA
0135 - Assentamentos Para Trabalhadores Rurais
0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento
0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas
0351 - Agricultura Familiar - Pronaf
1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
1116 - Crédito Fundiário

No quadro a seguir, são apresentadas informações referentes aos Indicadores do Programa Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial Sustentável – PTRDS, definidos no PPA 2007/2011, considerando os índices previstos (no PPA 2007-2011) e alcançados no exercício de 2009:

#### ÍNDICES PREVISTOS E APURADOS EM 2009 PARA OS INDICADORES DO PROGRAMA NO PPA 2007-2011

INDICADOR NO PPA 2007-2011	DESCRIÇÃO	ÍNDICE 2009	
		PREVISTO NO PPA	APURADO EM 2009
Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS	Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com PTDRS elaborado e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	42,2	25,7
Taxa de Atendimento em Infra-estrutura	Relação percentual entre nº de Territórios Rurais com projetos de apoio à infra-estrutura implementados e o número de total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	44,4	24,22
Taxa de Consolidação de Colegiados territoriais	Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com Colegiados Territoriais consolidados e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	35,0	25,33

Fonte: Sigplan, em 21/01/2010, e SDT/MDA, de 21/01/2010

#### Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Quando da concepção do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, foi definido, a partir de estudos e análises desenvolvidos a partir das Microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que o número total de Territórios Rurais estimado seria de 450 territórios no Brasil.

Em função de diversos fatores, a incorporação de novos territórios ao Programa não foi realizada conforme a previsão inicial, influenciando desta maneira, no número total de territórios trabalhados anualmente e, conseqüentemente, no número de planos a serem elaborados, de colegiados a serem consolidados e territórios a serem apoiados com o Programa de Infra-estrutura (ver o nome do programa). Ou seja, com os atuais 164 territórios rurais incorporados ao Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais os índices previstos inicialmente para 2009 não serão alcançados.

Para exemplificar essa análise, o índice previsto inicialmente para 2009 no indicador Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS - 42,2% – significa que deveríamos obter 190 planos territoriais elaborados até

2009 (para 42,2% dos 450 possíveis territórios rurais no Brasil). Uma vez que estão incorporados ao Programa apenas 164 territórios, foi impossível o alcance dessa previsão inicial.

Esse descompasso entre a previsão inicial anual para o número total de territórios rurais apoiados e o número de territórios efetivamente incorporados ao Programa, aliado às dificuldades relacionadas à operacionalização e contratualização de projetos, que implicaram em resultados físicos abaixo do previsto para 2009 nas ações orçamentárias relacionadas aos indicadores do PPA, contribuíram para que os índices apurados em 2009 ficassem aquém da previsão inicial no PPA 2007-2011.

Quanto à Capacitação de Agentes de Desenvolvimento, foram investidos, em 2009 recursos da ordem R\$ 11,5 milhões na formação de 27.836 agentes de desenvolvimento por intermédio de processos voltados para a sensibilização e mobilização dos atores territoriais, bem como para a elaboração e gestão social dos PTDRS e dos próprios Colegiados Territoriais, além de temas relacionados aos eixos estratégicos dos planos territoriais.

Foram elaborados, em 2009, 08 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que no

período 2004 a 2009, 116 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais.

Como componente complementar aos PTDRS, 60 novos Planos Safra Territoriais - PST1, estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 planos safra já elaborados. Ainda com o objetivo de qualificar os Planos Territoriais, até 2009 foram elaborados 95 Estudos de Potencialidades Econômicas -EPEs e com os recursos descentralizados em 2009 estão sendo elaborados 25 novos estudos totalizando 120 Estudos, quando da sua conclusão.

Todos os 164 Territórios Rurais apoiados em 2009 já constituíram seus Colegiados Territoriais, sendo 27 deles no exercício em questão, e que apresentam níveis de consolidação variáveis, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado. Desse total de colegiados constituídos, 114 já alcançaram o status de “consolidados”, 25 deles em 2008, todos dispoindo de estatuto/regimento e funcionando de acordo com os mesmos.

Com relação ao Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, em 2009 foram contratados 347 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R\$ 298,9 milhões, beneficiando um total de 1.873 municípios, sendo 420 apoiados diretamente e outros 1.453 indiretamente apoiados, em 109 territórios rurais<sup>2</sup>, apoiando projetos nas áreas de planejamento e gestão, produção, agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, obras hídricas, centros de formação e agroindustrialização, dentre outros.

O Projeto Dom Hélder Câmara tem como objetivo estratégico a geração e difusão de referenciais que possam orientar políticas públicas no Semi-Árido do Nordeste. Atuando em oito territórios de seis estados do Nordeste, está desenvolvendo suas atividades em articulação com outras entidades governamentais e não governamentais e outras políticas públicas – federais, estaduais e municipais -

voltadas para a convivência com o Semi-Árido do Nordeste.

Os territórios apoiados são: Sertão Central e Sertão dos Inhamuns (Ceará); Sertão do Apodi (Rio Grande do Norte); Sertão do Cariri (Paraíba); Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe (Pernambuco); Sertão Sergipano (Sergipe ); e, Sertão de São João do Piauí (Piauí).

No exercício 2009 foram aplicados recursos da ordem de R\$ 22,5 milhões, em diversas ações e atividades, cujos principais resultados foram:

- 15.050 famílias beneficiadas com assistência técnica permanente;
- Na área de comercialização, foram apoiadas 21 feiras de agricultura familiar e implantada 1 nova feira;
- 12.000 alunos/as beneficiados/as com educação do campo e convivência com o Semi-Árido;
- Mantidos 9 fundos rotativos de micro-finanças rurais;
- 500 novos cidadãos alfabetizados, entre jovens e adultos, nas áreas de atuação do Projeto Dom Hélder Câmara;
- 80 novos filhos de agricultores familiares formados em técnicas agropecuárias;
- Foram instaladas 80 novas Minibibliotecas Rurais (Arcas da Letras);
- Foram implantadas 30 (trinta) Unidades Demonstrativas de Consórcios agroecológicos de produção de alimentos com algodão, em articulação com a EMBRAPA e ESPLAR.

### Programa de Crédito Fundiário

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso à terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, concedendo crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural.

Dentre as Ações que o compõem destaca-se, no exercício de 2009, a Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário, cujos níveis de execução física e orçamentária foram altos.

<sup>1</sup> O **Plano Safra Territorial** tem como principal finalidade ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização, a agregação de valor, a Garantia Safra, dentre outras, às condições específicas de cada Território, bem como propiciar a articulação institucional necessária à sua consolidação. Em sua formulação, o PST é um dos componentes de um processo mais amplo, enquadrando-se como parte da formulação do Plano Safra Nacional e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

<sup>2</sup> Parte dos municípios apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços em 2009 estão localizados fora dos 164 Territórios Rurais diretamente apoiados pelo Programa no ano. Isto se deu em decorrência, principalmente, da operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares, dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados.

# **DEMONSTRATIVO DAS METAS E EXECUÇÃO FÍSICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2009**

AÇÃO	META		EXECUÇÃO			RESTOS A PAGAR (R\$)
	FÍSICA	ORÇAMENTÁRIA (R\$)	FÍSICA	ORÇAMENTÁRIA (R\$) EMPENHADO	FINANCEIRA (R\$)	
	(FAMÍLIAS)		FAMÍLIAS		LIQUIDADO/PAGO	2009
Ação 2373 – Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário	2.400	3.250.000,00	2.800	3.201.360,24	132.825,34	3.068.534,90

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan em 15/01/2010 e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi em 12/01/2010

Após a promulgação do Decreto 6.672, 02 de dezembro de 2008, o Programa Nacional de Crédito Fundiário passou por uma série de ajustes na sua base legal e normas de execução, a fim de adequar-se à nova realidade de execução com recursos nacionais. Em virtude disso, no ano de 2009, a linha de financiamento Combate à Pobreza Rural esteve paralisada até o mês de agosto, quando as contratações foram retomadas.

## **Assentamentos para Trabalhadores Rurais**

Do ponto de vista da área efetivamente incorporada à Reforma Agrária, mediante a criação de projetos de assentamentos, mais de 47,7 milhões de hectares foram incorporados no período de 2003 a 2009, seja mediante ações onerosas (desapropriação e compra), seja através de ações não onerosas (reconhecimento, arrecadação, etc.), sendo que somente em 2009, 4,6 milhões de hectares foram incorporados à Reforma Agrária. No período de 2003 a 2009, os recursos destinados à ação de obtenção (onerosa) foram cerca de R\$ 7 bilhões, sendo que somente em 2009, foram destinados R\$ 742,8 milhões para a obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais.

Por outro lado, vem ocorrendo relativa redução no volume de terras obtidas mediante mecanismos onerosos, tendo em vista o reforço na obtenção de terras mediante modalidades não onerosas. Contudo, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, vem proporcionando ano após ano, um maior direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção. Além dos itens acima levantados, contribuíram também para a redução do volume de terras obtidas de forma onerosa, a elevação dos preços da terra em praticamente todo o país, bem como as dificuldades relativas à área jurídica, que por vezes emperram processo por anos.

Verificou-se assim, no âmbito destas modalidades, no período de 2003 a 2009, a obtenção de 4,6 milhões de hectares mediante desapropriação e compra (curiosamente o mesmo volume de terras totais incorporadas à Reforma Agrária, somente no ano de 2009). Em 2009, o volume de terras obtidas foi de 513,8 mil ha. Destaca-se para melhor entendimento, que as terras obtidas de forma onerosa (em

especial àquelas desapropriadas), só vão ser contabilizadas como áreas incorporadas à Reforma Agrária, posteriormente à criação do projeto de assentamento.

## **Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento**

O Governo Federal elevou consideravelmente os recursos destinados aos créditos de instalação às famílias, tendo reajustado os seus valores para algumas modalidades. Tais ações são essenciais para garantir qualidade de vida e condições de produção aos assentados e atualmente já se aproximam (e até superam), em termos de dotação orçamentária, a tradicional ação de obtenção de terras. A recente priorização dos processos de qualificação dos projetos de assentamentos, em 1995, voltava-se basicamente para a obtenção de terras (Fiscalização da Função Social e Criação de Projetos de Assentamento). Em 2009, houve um equilíbrio relativo com as ações voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos, quais sejam a Implantação e Desenvolvimento dos Assentamentos e o Crédito Instalação, que inclusive, desde 2008, já supera as dotações orçamentárias (e gastos) voltadas aos processos de obtenção de terras.

## **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar**

O Governo retomou e ampliou de forma significativa o serviço/ação de Assistência Técnica e Social aos Assentados – ATEs, do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Programa 1427), atendendo somente em 2009, pouco mais de 270 mil famílias, sendo que tivemos ainda 2.521 famílias beneficiadas com a conclusão de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA e Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA. Além disso, cumpre informar que estão sendo elaborados atualmente PDAs e PRAs que envolvem 120,3 mil famílias assentadas e que outras 58,5 mil famílias serão beneficiadas com os serviços de ATEs no início de 2010. Com relação ao Crédito Instalação e Infra-estrutura, existem diversas etapas para a implantação dos assentamentos, as quais são necessárias para a estruturação dos mesmos, criando condições necessárias para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária.

Destaca-se como fundamental neste processo, a ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, que atualmente contempla 9 (nove) modalidades: “Apoio Inicial” (R\$ 3.200,00); “Aquisição de Material de Construção” (R\$ 15.000,00); “Recuperação Material Construção” (até R\$ 8.000,00); “Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional de Fomento” (R\$ 3.200,00); “Adicional do Semi-Árido” (até R\$ 2.000,00); “Reabilitação de Crédito de Produção” (R\$ 6.000,00); além da criação em 2009, da modalidade “Crédito Ambiental” (R\$ 2.000,00), além do “Crédito Mulher” (R\$ até 2.400,00). Ressalta-se que o valor destinado à construção de moradias passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 15.000,00. Do ponto de vista orçamentário, foi autorizado em 2009 o expressivo montante de R\$ 1,2 bilhão para atender as famílias assentadas nas modalidades previstas para o Crédito Instalação, sendo que praticamente todo este recurso foi executado, dos quais parte já foi efetivamente depositada nas contas das associações e outra parte foi inscrita em restos a pagar, que deve ser disponibilizada efetivamente no início de 2010. Deste total, 82,4% destinaram-se às famílias das regiões norte e nordeste, demonstrando que o Governo Federal vem atuando incisivamente no combate às desigualdades regionais existentes no país.

Há evolução dos recursos destinados ao crédito instalação no período de 2003 a 2009, de onde visualizamos o vultoso volume de recursos destinados a esta ação que consumiu nos últimos 7 anos (2003 a 2009), pouco mais de R\$ 5,5 bilhões.

Além do Crédito Instalação, outro importante componente com vistas à estruturação dos assentamentos é a ação de Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento, que visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante implantação ou recuperações de estradas vicinais, redes elétricas, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, dentre outras.

No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009.

Em relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas neste ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros).

De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as

famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

#### IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO (FAMÍLIAS BENEFICIADAS)



Fonte: MDA

A política de Reforma Agrária se harmoniza com as políticas de preservação e recuperação do meio ambiente, especialmente no respeito às populações tradicionais e à sustentabilidade, ao implantar com êxito Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, tais como: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto Agro-Extrativista (PAE), Reservas Agro-Extrativistas (RESEX) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), entre outros.

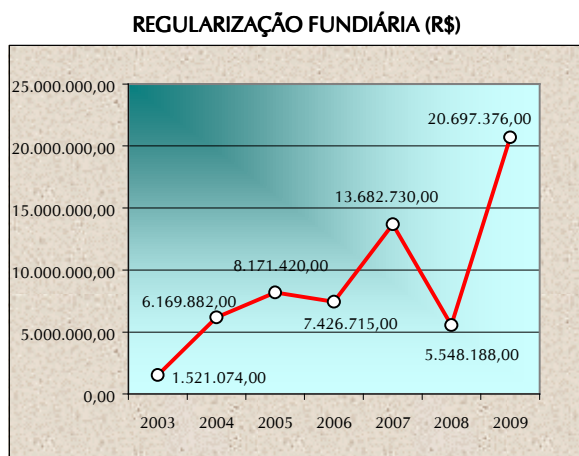
Para além da ação de licenciamento ambiental (inserida no Programa 135), a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente. Somente em relação a esta ação, foram aportados R\$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias.

Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

O tamanho médio das áreas nos Projetos de Assentamento criados no período de 2003 a 2009 é de aproximadamente 86 ha/família. Este fato se deve aos projetos ambientais, que em geral apresentam áreas superiores as dos demais assentamentos, tendo em vista seu caráter preservacionista. Excluindo-se estes projetos, a média nacional, gira em torno de 20 ha/famílias.

## Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

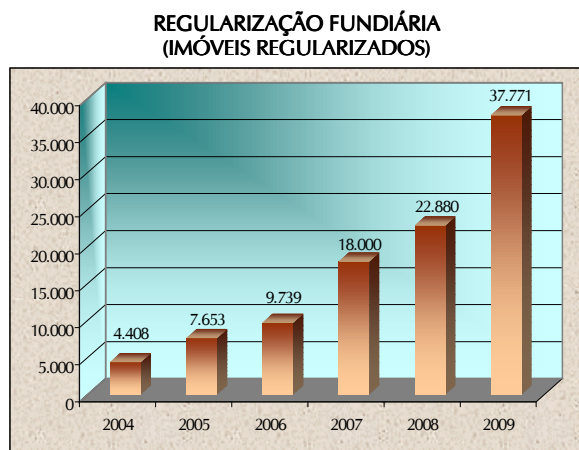
No gráfico a seguir pode-se visualizar a execução financeira da ação de Regularização Fundiária no período de 2003 a 2009. É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R\$ 20,7 milhões para esta ação. Cumpre ainda destacar que foi contingenciado nesta ação o expressivo montante de R\$ 81,9 milhões.



Fonte: Siafi

A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularização de uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

No gráfico seguinte pode-se verificar a evolução do número de títulos emitidos entre os anos de 2004 e 2009, o que indica o expressivo aumento desta atividade nos últimos anos.



Fonte: SRFA/DF/Inkra

Vale ressaltar que o maior volume de área e título regularizado aparece no final da execução dos convênios, considerando que o processo de regularização nos estados é realizado em diversos municípios por varredura, e por estarem em execução, embora já tenham influenciado o orçamento da ação, ainda não foram computados como

resultados em 2009.

Quanto à execução física, cumpre destacar que a regularização fundiária na Amazônia, inicia-se pelo cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou 26.191 ocupações, com uma área total de 4,5 milhões de hectares, em 261 municípios.

Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Foi constituída uma força tarefa para dar continuidade à análise do passivo de processos administrativos de fiscalização cadastral, com vistas ao combate à grilagem, cumprimento da função social da propriedade e combate a situações de trabalho análogo ao escravo, possibilitando assim a arrecadação de terras para o processo de reforma agrária.

Em 2009, 287 processos foram analisados, totalizando cerca de 7,1 milhões de ha, sendo 173 processos encerrados, correspondendo a 3,4 milhões de ha, auxiliando assim no processo de depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e Mapa de Controle de Processos de Certificação – MCF, respondendo assim às constantes cobranças dos órgãos de controle.

Por fim, destaca-se que foi elaborado um Manual de Cadastro Rural, uniformizando procedimentos cadastrais, auxiliando o processo de qualificação das informações inseridas no SNCR. A ação de georreferenciamento da Malha Nacional, figura como uma ação estruturante do processo de Regularização Fundiária, e tem por objetivos:

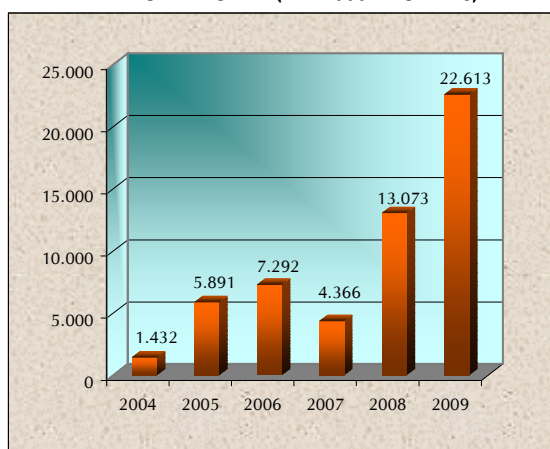
- localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais;
- efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267/2001;
- integrar as informações georreferenciadas com serviços de registro imobiliários e demais entes públicos; reestruturar e ampliar os Comitês Regionais de Certificação;
- padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do Incra; e
- ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Em 2009, os principais resultados verificados apontam para o georreferenciamento de 36.469 imóveis em todo o país. Por outro lado verificou-se também a certificação de 5.506 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008.

#### EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

REGIÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS GEORREFERENCIADOS
CENTRO-OESTE	2
NORDESTE	27.430
SUL	18
SUDESTE	8.716
NORTE	303
<b>TOTAL</b>	<b>36.469</b>

#### ÁREA CERTIFICADA (EM 1.000 HECTARES)



Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 (cinco) novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.